CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROCESSO CEE Nº 1252/75, 1285/75, 1425/75 1.
1615/75, 2358/75 e 2658/75.

INTERESSADOS: Gonçalo Balderrama Filho, Jurandir Alves Martins, Wilson Gomes da Rocha, Gesué Moraca, Reginaldo Pivovarcsik e Agenor da Silva Filho.

ASSUNTO: equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagem de Escola SENAI

RELATOR: Cons. João Baptista Salles da Silva

PARECER CEE N° 2772/75, CPG, Aprovado em 1 0 / 0 9 / 7 5
Com. ao Pleno em 15 de Outubro de 75

I- RELATÓRIO

HISTÓRICO:

1.1- Gonçalo Balderrama Filho, Jurandir Alves Martins, Wilson Gomes da Rocha, Gesué Moraca, Reinaldo Pivovarcsik e Agenor da Silva Filho, tendo concluído o curso de aprendizagem industrial na Escola Prefeitura - SENAI - "umberto Reis Costa", solicitam pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguí-los no ensino regular de 2º grau.

1.2 - É o seguinte o histórico escolar dos requerentes:

1.2.1- curso primário, com a duração mínima de quatro séries, nos estabelecimentos de ensino que mencionam nos respectivos requerimentos;

1.2.2- curso de aprendizagem industrial, com a duração de 4 (quatro) "graus", na Escola Prefeitura - SENAI "Humberto Reis Costa", da Capital. Estudaram: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Desenho, Estudos Sociais (História, Geografia, Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica), Educação Física e Prática de Oficina;

1.2.3- receberam Certificado de Aprendizagem correspondente às especialidades que estudaram.

1.3- A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE-nº 19/65.

PROCESSO CEE- N° 1252/75 e outros PARECER CEE-N° 2772/75

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos o disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

PROCESSO CEENº 1252/75, 1285/75, 1425/75, PARECER DEE Nº 2772/75 2.
1615/75, 2358/75 e 2658/75.

2.5- O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6- Os requerentes realizaram curso de aprendizagem com a duração de 7 "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de 4 "termos", ou ainda de 4 "séries".

Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo único do artigo 12, Deliberação CEE nº 14/73, isto é, 720 horas (2880: 4 séries= 720 horas/aula, por série.).

2.7- O elenco de matérias do currículo do curso que os interessados realizaram é equivalente ao previsto pela Resolução CFE nº 8/71.

2.8- Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II- CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados por Gonçalo Balderrama Filho (Proc. CEE nº 1252/75), Jurandir Alves Martins (Proc. CEE nº 1285/75), Gilson Gomes da Rocha (Proc. CEE nº 1425/75), Gesué Moracá (Proc. CEE nº 1615/75), Reinaldo Pivovarsik (Proc. CEE nº 2358/75) e Agenor da Silva Filho (Proc. CEE nº 2658/75), no curso de aprendizagem ministrado na ^{Escola} Prefeitura - SENAI "Humberto Reis Costa", como equivalentes aos cumpridos na 8ª série, podendo-se, portanto, autorizar-lhes a matrícula na 1ª série do ensino do 2º grau.

Os requerentes, sem prejuízo da continuidade de seus estudos, deverão submeter-se a exames especiais de Geografia Geral e História Geral ao nível de 1º grau.

São Paulo, 13 de agosto de 1975

a) Cons. João Baptista Salles da Silva

Relator

III- DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU a dota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Therezinha Fram.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 10 de setembro de 1975.

a) Cons. José Conceição Paixão - Presidente.